

HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA CULTURAL: representações de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira

Ítala Byanca Morais da Silva
Mestranda PPGHIS/UFRJ

RESUMO: Falecido em 1927, Capistrano de Abreu, assim como muitos dos intelectuais que lhe foram contemporâneos, foi objeto de práticas deliberadas de construção da memória, sendo a criação da Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969) a materialização das aspirações dos “discípulos”, amigos e pares de Capistrano de Abreu em torná-lo um personagem memorável para a história da inteligência brasileira. Esta instituição passou por vários momentos representativos da produção historiográfica nacional, e em seus últimos anos de atividade foi dirigida pelo historiador José Honório Rodrigues. Dessa forma, este artigo tem o objetivo discutir as representações construídas sobre Capistrano de Abreu por esta sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Capistrano de Abreu, Representação, Historiografia.

ABSTRACT: Capistrano de Abreu, dead in 1927 and many others contemporary intellectual fellows was object of deliberate practices in building memories, and was represented the materialization of his disciples, friends and colleagues toward the creation of Capistrano de Abreu Society (1927-1969), transforming the historian as an outstanding representative for the brazilian intelectual history. That institution has several moments representing the national historiographic production and in his last years of activities, the Society was directed by the historian José Honório Rodrigues. Thus, this present article has the main objective discuss the representations build up concerning Capistrano de Abreu for this Society.

KEYWORDS: Capistrano de Abreu, Representative, Historiography.

Revisitando a memória disciplinar da historiografia brasileira:

O historiador Fernando Catroga discute em muitos dos seus trabalhos a relação estabelecida entre a história e a memória. Chamando atenção para duas formas aproximadas de entendimento da memória e da história, quais sejam a de Maurice Halbwachs (HALBWACHS, 1994) e Pierre Nora (NORA, 1993). Catroga chega a uma definição comum para estes do que seria a memória e a história. A memória teria um caráter sacral, anônimo, normativo, afetivo, *inconsciente das suas deformações e vulnerável a todas*

as manipulações, sendo ainda suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (CATROGA, 2001:53). A história seria fruto do pensamento crítico, conceitual, abstrata, laica, utilitária, ou seja, *uma laicizadora operação intelectual, assente na análise e na atitude crítica.* (CATROGA, 2001:53)

Para Catroga, as definições anteriormente esboçadas são nitidamente fruto de uma concepção científica da historiografia e, para ele, a história e a memória seriam muito mais próximas do que aparentemente se apresentam, todavia, afirma que estas características não podem ser desconsideradas. Os dois aspectos se originariam no desejo comum de combater o esquecimento e lidam necessariamente com o ausente, lidam com o morto (CERTEAU, 1995). Assim, tanto a história quanto a memória se fundariam em atos de “re-presentificação”, no qual a *escrita (e a leitura) da História provoca, a partir de traços, re-presentações que visam conhecer algo do que se sabe já não existir* (CATROGA, 2001:55). Segundo este:

Os ritos param o tempo, a fim de se fazer reviver, simbolicamente, o que já passou. Por conseguinte, têm razão os que, como Michel de Certeau, destacaram o fundo ritual que anima o próprio trabalho do historiador. É que, em última análise, este procura “re-presentar [ou, dizemos nós re-presentificar] mortos, através de um itinerário narrativo” (CATROGA, 2001:55).

Para Catroga a “história seria filha da memória”, tanto quanto a “memória filha da história”, e estas possuiriam identidades e diferenças. Contudo, o que mais aproximaria as duas seria o fato de suas “re-presentações” sobre o passado serem dependentes por completo das demandas e contingências do tempo presente. Para o autor:

Tanto a recordação como a historiografia constróem *re-presentificações* a partir da interrogação de *indícios e traços*; e, fazem-no dentro de uma experiência de tempo que é indissociável da memória e das expectativas. O que implica a existência, em ambas, do mesmo intento de ordenar (retrospectivamente) o caos dos acontecimentos. E, como tudo isso é mediado pelo presente, o recordar e o historiar oferecem ao passado um mundo aberto de possibilidades (CATROGA, 2001:57)

A partir da reflexão acima pode se realizar duas considerações a respeito da historiografia. A primeira, que a própria historicidade da disciplina história pode ser vítima das artimanhas do tempo presente e do peso, do “fardo da memória” (REVEL,1995). Visto que, baseada na perspectiva de Fernando Catroga, o discurso que o historiador realiza sobre a história de sua disciplina pode, como qualquer outra narrativa histórica, ser

conformadora de uma memória. Segundo Manoel Salgado Guimarães, a ausência do exercício crítico dos historiadores sobre o seu ofício provoca muitas vezes a cristalização e naturalização das interpretações sobre determinados autores e textos, e por conseqüência, transforma o lugar na disciplina e a fala (discurso histórico) desses autores e obras em memória (sacral, normativo e afetivo) (GUIMARÃES, 2005). A Segunda é que as representações e percepções sobre uma determinada obra ou autor são sempre marcadas pelas questões do tempo presente de quem as formula.

Como uma forma de perceber criticamente os quadros sociais nos quais a disciplina história está inserida, os lugares sociais que forjam as narrativas históricas, e possibilitar a desconstrução dos parâmetros memoriais nos quais determinadas obras e autores estão imersos, a historiografia se apresenta como uma importante área de investigação histórica. É o historiador refletindo sobre a historicidade do seu ofício. Dessa forma, Manoel Salgado Guimarães delega à historiografia como área de pesquisa a missão de investigar criticamente os quadros disciplinares da história, realizando a *interrogação da memória e de suas artimanhas, voltadas para a sacralização dos objetos sobre os quais se debruça* (GUIMARÃES, 2005: 32).

Trabalhos recentes, que tiveram como objeto a historiografia brasileira, têm apontado a pouca atenção que até meados da década de 70 foi conferida a esta área de estudo. Principalmente, questionando a ausência de reflexões realizadas pelos historiadores sobre os resultados da sua prática historiográfica, ou seja, o discurso histórico.

Inspirados pelos apontamentos realizados fora da produção historiográfica nacional, principalmente alemã, francesa e inglesa, os historiadores brasileiros passaram a se dedicar com maior intensidade às questões relacionadas à escrita da história, levantando problemáticas e buscando o horizonte social e disciplinar que possibilita essas práticas discursivas, permanecendo como referencial comum o ensaio provocador de Michel de Certeau sobre o historiador e seu lugar social de fala (CERTEAU, 2002)

Contudo, José Honório Rodrigues, Roberto do Amaral Lapa, Carlos Guilherme Motta e Nilo Odália aparecem como os primeiros historiadores que se debruçam de uma forma sistemática nesta questão, com uma produção anterior aos anos 80. E, especificamente, José Honório Rodrigues como um relevante agente na construção de um panteon dos historiadores e textos clássicos da nossa historiografia (GUIMARÃES, 2005; GONTIJO, 2006). Como sugere Manoel Salgado Guimarães:

Entre nós podemos considerar o trabalho de José Honório Rodrigues como o pioneiro em relação aos estudos de historiografia. Por primeira vez, um historiador de ofício assume o interesse pela historiografia como parte da pesquisa histórica. Seu caráter

pioneiro e inaugural deixou também marcas na forma de conceber o trabalho com a historiografia, aproximando-o da elaboração de um cuidadoso catálogo de autores e obras (GUIMARÃES, 2005: 33).

Rebeca Gontijo, além de apontar o pioneirismo de José Honório Rodrigues, atribui a este o papel de conformador da memória disciplinar da historiografia brasileira. Pois, o autor teria definido o conjunto de obras e autores que deveriam ser lembrados e passíveis de análise, conformando, muitas vezes, a própria recepção desses autores por outros críticos. No Caso específico de Capistrano de Abreu, Gontijo afirma que *é possível dizer que José Honório estabeleceu as linhas mestras para a leitura da produção de Capistrano, ao definir suas contribuições para a historiografia brasileira e, ao mesmo tempo, ao situá-lo em relação a uma tradição de estudos históricos* (GONTIJO, 2006: 289).

É inegável o papel de José Honório Rodrigues como construtor da memória de Capistrano de Abreu em nossa historiografia. Rodrigues foi o continuador do trabalho iniciado pela Sociedade Capistrano de Abreu, instituição criada após a morte do historiador com o fim deliberado de conservar sua memória. Assim, afirmam os estatutos da sociedade: *Art. 1º. Sob a denominação de Sociedade Capistrano de Abreu, fica constituída, nesta cidade, uma sociedade formada pelos abaixo assinados, amigos e discípulos de João Capistrano de Abreu, no propósito de prestarem homenagem à sua memória* (SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU, 1927: 1).

João Capistrano de Abreu (1853-1927) aparece como um dos casos que melhor ilustra o processo no qual a história pode ser seduzida pela memória. O historiador, mesmo em vida, sempre foi alvo de inúmeras narrativas, o que ajudou a conformar representações de sua pessoa que variaram do “mestre da historiografia brasileira” ao taciturno, cabisbaixo, alheio às relações humanas e que pouco se preocupava com a sua aparência, passando inclusive a impressão de desleixo e sendo muitas vezes objeto de chacota da imprensa. Dessa forma, o que nos move ao realizar esta análise é reconstruir algumas representações produzidas sobre Capistrano de Abreu, desvendando parte do processo no qual um indivíduo passa a fazer parte do “panteão dos deuses” da historiografia brasileira.

Tomamos a *representação* a partir dos pressupostos formulados por Roger Chartier, que a define como *o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler* (CHARTIER, 1990: 17). Este conceito nos é útil para que possamos perceber como diferentes grupos construíram, pensaram e deram a ler o indivíduo João Capistrano de Abreu.

Cabe alertar que esta reconstrução é parcial, visto que se concentrou apenas na análise de textos impressos, produzidos no horizonte do que foi a Sociedade Capistrano de

Abreu, e que, fizeram referência à construção da identidade do historiador. Foram desconsideradas as representações feitas sobre as suas características psicológicas e comportamentais. Assim, o ensaio se divide na análise de dois corpus textuais distintos.

O primeiro corresponde à biografia sobre Capistrano de Abreu de autoria de Alba Cañizares Nascimento e publicada em 1931, sob os auspícios da Sociedade Capistrano de Abreu (NASCIMENTO, 1931). O trabalho foi a primeira biografia de Capistrano de Abreu e se originou do discurso realizado pela autora quando esta assumia uma cadeira na Academia Carioca de Letras da qual Capistrano de Abreu era patrono. Dos sócios que constituíram a geração inicial de membros da Sociedade Capistrano de Abreu, os quais tinham como principal característica terem privado da companhia em vida de Capistrano, nunca nenhum deles escreveu um ensaio biográfico sobre o autor. Contudo, pelos registros na documentação da Sociedade sobre o trabalho realizado por Alba Nascimento e da pronta ajuda ofertada pela instituição a pesquisa e publicação do trabalho, podemos tomar esta biografia como uma representante das percepções que os sócios da instituição tinham de Capistrano de Abreu.

O segundo é constituído pelos trabalhos de José Honório Rodrigues, sócio da Sociedade Capistrano de Abreu desde 1939, ativo participante da administração da instituição durante a década de 50 e, finalmente, seu presidente na década 60, além de ser um importante expoente da historiografia brasileira durante o século XX. Devido à vastidão da obra historiográfica de Rodrigues e dos ensaios sobre Capistrano de Abreu produzidos por este, serão observados aqui apenas seus textos que prefaciaram ou introduziram a obra de Capistrano de Abreu.

Representações, identidades coletivas e historiografia

Na busca das representações construídas por um grupo ou indivíduo, Chartier aponta caminhos a serem seguidos, segundo o próprio autor:

O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meio intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1990: 17)

A partir da afirmação anterior pode-se concluir que o ato de representar é eminentemente uma atividade que lida com o social. As representações são categorias que

tanto definem o que é o real para um determinado grupo/indivíduo, quanto mantêm uma relação de mão dupla com esse social/real, pois as representações tanto se originam de *esquemas intelectuais incorporados* quanto servem de delimitadores e chaves de compreensão da realidade social. As representações estariam fundamentadas no espaço de tensão entre o “eu - indivíduo” e o “nós - sociedade”, nessa “balança” das relações sociais apontadas por Norbert Elias, em que o social não seria completamente definidor e constrangedor dos atos e vivências individuais, como o indivíduo não seria por completo independente do viver em sociedade (ELIAS, 2004). Esse jogo estabelecido entre o indivíduo e o social levou Roger Chartier a pensar nas representações como coletivas e definidores de identidades sociais, ou seja, que ao serem partilhadas por um grupo podem constituir um referencial comum de entendimento do mundo e de si, uma identidade. Chartier ainda sugere que o trabalho com representações requer a eliminação de falsos debates sobre a distinção entre a “objetividade das estruturas” e as representações, que seriam consideradas como restritas ao mundo da subjetividade e distantes do real. Segundo o autor, tentar superar esta distinção exige *considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras “instituições sociais”, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social* (CHARTIER, 2002: 72).

Nesse trabalho de relacionar representação e identidades sociais, torna-se necessário articular o “trabalho de classificação”, ou seja, as categorias através das quais o social é percebido por diferentes grupos e as formas pelas quais o grupo/indivíduo se percebe como participante do social; as “práticas”, os meios objetivos de ação pelo qual um determinado grupo/indivíduo exibe uma *maneira própria de estar no mundo*; e as “formas institucionalizadas” pelas quais um indivíduo/grupo marca, singulariza e legitima a sua existência.

Isso se reforça ainda mais quando o ato de representar está ancorado em um trabalho de construção deliberada da memória através de uma narrativa. Este é o caso, por exemplo, da Sociedade Capistrano de Abreu. Neste caso a representação tomou um caráter “estratégico” (CERTEAU, 1994), pois visa institucionalizar determinadas compreensões do real não só para o grupo que as forja, mas também para o resto do corpo social.

Esta reflexão sustenta a tese, apresentada nesse artigo, de que as distintas representações construídas sobre Capistrano de Abreu conferiam aos seus produtores um lugar social de fala e uma forma de estar no mundo. Em síntese, ao se definir a forma pela qual Capistrano de Abreu deveria ser visto e lembrado, formas mediadas pelos padrões do

grupo reunido em torno da Sociedade Capistrano de Abreu, estes indivíduos também conformavam a maneira através da qual deveriam ser vistos. Se representavam a imagem de Capistrano como uma figura ímpar da historiografia brasileira e se representavam como seus discípulos e continuadores do seu trabalho, conseqüentemente, fundavam um lugar social de fala e legitimavam a sua atuação no espaço letrado brasileiro do início do século XX, especificamente, na escrita da história e no ofício do historiador.

Talvez esta tese seja elucidativa ao questionamento realizado por Oscar Cavalia Saéz; que ao retomar, pois, alguns eventos e comportamentos da vida de Capistrano de Abreu, os quais revelavam poucas afeições a homenagens, levanta a seguinte questão: *Afinal, para que bajular um morto de um modo que ele rejeitava em vida, porque cultuar sua memória contrariando seus gostos?* (SAÉZ, 2000). A resposta parece-nos clara, porque o culto a um morto é uma prática dos vivos e, por conseqüência, emite significados apenas para essa comunidade.

No caso de José Honório Rodrigues, as representações sobre Capistrano de Abreu também se tornam um meio de auto-afirmação e representação. Ao analisar a obra do autor dos *Capítulos de História Colonial*, seguindo um viés “crítico”, Rodrigues cria o seu lugar social de fala, pois torna o que antes era tido como exemplar e referencial passível de crítica. Ganha, assim, maior legitimidade para o seu projeto de escrita da história da história do Brasil.

Em ambos os casos, da Sociedade e de José Honório Rodrigues, podemos observar claramente uma correlação com as perspectivas esboçadas por Gilberto Velho entre memória, identidade e projeto (VELHO, 1994). O autor afirma que a identidade se funda no princípio da diferença, ou seja, a constituição de uma identidade é sempre em oposição a algo, é fruto do perceber-se distinto dos demais. Contudo, o que nos motiva a tomar as observações de Gilberto Velho é o caráter temporal atribuído a essa relação, onde a memória, portanto, seria a tentativa de buscar em um passado os aspectos que propiciariam a constituição de uma identidade no tempo presente, e o projeto a possibilidade de reafirmação dessa identidade no futuro.

Assim, ressaltam-se como figuras centrais das narrativas da Sociedade e de Rodrigues, o historiador e o gênero histórico. Com a atividade historiográfica e o campo profissional não definido durante a criação da Sociedade Capistrano de Abreu, podemos afirmar que o culto e a análise de Capistrano de Abreu podem ser indícios da construção de uma identidade não só para Capistrano e seus “cultuadores”, mas também, para o fazer histórico do período.

Desta forma, cria-se, sobretudo, uma identidade para o historiador e a história como disciplina, definindo-se métodos, objetos e formas de análises. Assim, entendemos a “identidade do historiador”, seguindo as sugestões de Francisco Falcon, como os meios de reconhecimento profissional do *historiador* e as características e *marcas discursivas* particulares que identificariam um texto como de história. Segundo Falcon, ambos os aspectos são complementares e definiriam a identidade como,

Autoconsciência do historiador, a começar pela intenção de produzir um texto de história; identidade, também, como reconhecimento do trabalho produzido pelo historiador como de história ou, o que vem a ser a mesma coisa, o reconhecimento de seu autor como historiador (FALCON, 1996: 13).

A conclusão seria a busca no passado, no culto a *memória* de um indivíduo, a fim de se concretizar a constituição de uma *identidade* para um ofício, o do historiador, e para uma narrativa, o gênero histórico, que, por sua vez, projetaria essa identidade como referencial de uma escrita futura da história. Pois como alerta Manoel S. Guimarães, *nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteon dos nossos clássicos. Interrogá-lo é tarefa da historiografia* (GUIMARÃES, 2005: 32).

A identidade do historiador: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção de um “exempla”

Em carta a João Lúcio de Azevedo, Capistrano de Abreu anunciava um desejo:

Você que administrou a vida melhor do que eu – viveu dos rendimentos sem atacar o capital, escreveu não sei quem citado pelo Rui – ainda pode formar planos e aninhar aspirações. Minhas aspirações, depois de cinqüenta anos de Rio – cheguei aqui a 25 de abril de 1875 – reduzem-se a morrer sem escândalo, sair do mundo silenciosamente como nele entrei (ABREU, 1977: 236)

Em parte o desejo de Capistrano de Abreu foi atendido. O historiador faleceu *sem escândalo* na cidade do Rio de Janeiro a 13 agosto de 1927, no porão localizado em Botafogo onde vivia desde 1922. Contudo, não foi *silenciosamente* que este deixou a vida. Inúmeras foram as homenagens – cortejos, missas, discursos, necrológios – que acompanharam a despedida do historiador, tendo como ápice destas homenagens a criação em 11 de setembro de 1927 da Sociedade Capistrano de Abreu.

A referida instituição manteve suas atividades por 42 anos, por ela passaram importantes representantes da intelectualidade brasileira e estrangeira. Dentre os sócios

fundadores podemos destacar Paulo Prado, Afonso de Taunay, Rodolfo Garcia, Said Ali Ida, Pandiá Calógeras e Roquette Pinto. Como expressão dos demais sócios, três nomes nacionais, Mário de Andrade, Manuel Bonfim e Assis Chateaubriand, e três estrangeiros, Frans Boas, Paul Rivet e H. G. Wells, podem representar a importância do grupo ali filiado.

Como já foi afirmado, o propósito da Sociedade era prestar homenagem à memória de Capistrano de Abreu. Especificamente, esta se dedicou a conservar a biblioteca e o arquivo pessoal do historiador, editar e reeditar as obras de Capistrano de Abreu – no que se pode destacar a reunião de seus artigos publicados na imprensa em uma série de 4 volumes intitulada *Ensaios e Estudos* e a publicação do livro inédito *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* –, realizar concursos monográficos sobre a história, geografia, etnologia, etnografia e lingüística, áreas às quais Capistrano se dedicava. Também objetivavam reconstituir materialmente a vida de seu patrono, colecionando objetos pessoais (rede, máquina de escrever, escrivaninha, canetas, mata borrão, etc.) com um forte espírito colecionista e, por fim, almejavam a realização de encontros anuais, nos aniversários de nascimento do autor, e a prestação de necessárias homenagens póstumas.

Os sócios da Sociedade em seu período de fundação não deixaram narrativas biográficas de Capistrano de Abreu. Como já foi apontado, o texto tomado como referencial para a compreensão das representações da Sociedade sobre seu patrono será o primeiro ensaio biográfico realizado sobre Capistrano de Abreu por Alba Nascimento. Por sua vez, a biógrafa atribui uma grande parcela de seu trabalho ao auxílio que obteve da Sociedade, afirmando que:

Na Sociedade Capistrano de Abreu passei dias de acurado estudo meditando artigos espalhados na imprensa e publicados por ocasião da morte do grande mestre da história brasileira. Acolheram-me, nas dificuldades em que me encontrei, os fidalgos amigos de Capistrano, orientando-me, ilustrando-me, fornecendo-me o material necessário a difícil síntese final. Si algum mérito a neste trabalho é ele devido aos sábios, generosos e excelentes amigos do grande indianólogo patricio. Há aqui períodos inteiros extratados de artigos preciosos escritos pelos que conheceram de perto Capistrano e souberam apreciar a grandeza do seu talento, sua inestimável operosidade e a formosura do seu caráter... Trabalhei, meditei numa atmosfera de culto (NASCIMENTO, 1931: 6)

A autora, em uma nota de esclarecimento sobre o livro, apresenta-o como um *difficil estudo crítico psicológico e filosófico em torno da figura expressiva de Capistrano de Abreu* (NASCIMENTO, 1931: 5). São esses dois pontos que a autora leva em consideração ao biografar Capistrano, traçar um perfil físico e psicológico, e um perfil filosófico do autor. A biografia é organizada por pontos temáticos que por sua vez podem ser entendidos em dois grupos, exemplificados no subtítulo da obra, o *Homem* – retrato físico, primeiros anos, a

mocidade, excentricidade, vida íntima e familiar, o amigo, sua morte, seu enterro e homenagens – e a *Obra* – mentalidade representativa, a cultura, jornalista, naturalista, etnógrafo, geógrafo, poliglota, homem de letras, estilista e “causeur”, historiador e nacionalista. São exatamente as categorias reunidas neste segundo grupo que serão aqui analisadas.

O aspecto referente a uma *mentalidade representativa* é evocado pela autora como justificativa do estudo biográfico de Capistrano. O historiador é representado como modelo e exemplo do que se poderia considerar, a época, como um legítimo intelectual exemplar. Capistrano deveria ser tomado como um autêntico representante da inteligência nacional. Sendo considerado como típico membro do espaço letrado brasileiro, este seria modelar como cientista, literato, crítico, estilista e *causeur*. Assim, o que observamos na narrativa de Alba Nascimento é o processo pelo qual a biografia toma um caráter doutrinário, pois as características emitidas a Capistrano de Abreu se tornam por sua vez representativas do que se poderia esperar de um indivíduo para que este fosse reconhecido como integrante do mundo letrado. Dessa forma, a percepção das qualidades de Capistrano de Abreu, como constituintes de uma *mentalidade representativa* dos letrados contemporâneos, abre espaço para outras atividades exercidas em vida pelo autor, que também se tornam referenciais.

Os conhecimentos culturais de Capistrano de Abreu – cultura no sentido de cultivado, letrado – eram considerados como os mais vastos. Este possuiria *uma mentalidade soberana. Cultura autônoma. Autodidata. – Cultura omnívoda. Saber polimático. Um homem que conhecia tudo* (NASCIMENTO, 1931: 12). Capistrano deslizaria por inúmeras áreas de conhecimento (história, geografia, etnografia, jornalismo, filologia, antropogeografia, crítica e filosofia da história, sociologia, geologia, arqueologia, antropologia, paleontologia, artes, economia, política, e obviamente, todas as ciências auxiliares da história). Capistrano de Abreu, para Alba Nascimento, *portador de um saber completo, caleidoscópico, vasto e profundo, enciclopédico* (NASCIMENTO, 1931: 12). Segundo a biógrafa, *suas obras representam amostra insignificantes do opulento cabedal do espírito privilegiado. Acumulava a totalidade dos conhecimentos científicos e literários do tempo. E é personificação máxima de intelectualidade genuinamente brasileira* (NASCIMENTO, 1931: 13).

Capistrano de Abreu seria representante do que na época era chamado de um polígrafo, um letrado que atuava em várias áreas do saber. Essa percepção tão variada da atuação de um intelectual é fruto da constituição do espaço letrado brasileiro no período, onde a distinção e separação entre as diversas disciplinas não era algo rigidamente definido. Pois, a maioria delas só passou pelo processo de autonomização durante a década

de 30 com a criação dos cursos universitários no Brasil. Dessa forma, era comum que um intelectual atuasse em diversos contextos disciplinares. A própria existência da Sociedade Capistrano de Abreu também se originava das particularidades desse espaço letrado, sendo as academias e sociedades de intelectuais uma forma de organização própria desse universo das letras brasileiras desde o século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e suas variantes regionais.

Seguindo a análise concernente aos atributos culturais do historiador, Alba Nascimento afirma que a inteligência de Capistrano de Abreu é inclassificável. Ela não poderia ser definida por suas leituras científicas – *Taine, Comte, Spencer* –, e tão pouco pela influência do pensamento alemão, pois Capistrano *não foi discípulo submisso* (NASCIMENTO, 1931: 16). Ele seria o autor de uma *vasta síntese* das disciplinas e doutrinas filosóficas, e que tiveram como objetivo uma unidade, o historiador e a conformação do conhecimento necessário ao seu ofício. Assim, o saber polígrafo de Capistrano de Abreu era tido como fundamental para o reconhecimento da história, pois como afirma a biógrafa, *toda a sua prodigiosa ciência é finalizada à unidade extraordinária dos seus propósitos de historiador* (NASCIMENTO, 1931: 17).

Contudo, o fazer historiográfico de Capistrano seria portador de particularidades. O primeiro aspecto diz respeito à composição multidisciplinar da qual esta escrita histórica resultaria. Ela teria fortes influências da mesologia, na busca do *misterioso laço causal entre os reinos vegetal e animal, as relações entre o meio físico e os indivíduos, estuda ações e reações entre a ambiência, o habitat e o homem* (NASCIMENTO, 1931: 17). Aspecto que levaria por sua vez ao necessário conhecimento dos aspectos geográficos. Capistrano de Abreu seria o grande impulsionador dos estudos antropogeográficos no Brasil, ou seja, aderiu à proposição de Friedrich Ratzel, a qual faz menção às possibilidades dos aspectos geográficos servirem como meios de tornar inteligíveis os processos sociológicos. Para a biógrafa:

A literatura geográfica deixou de ser sob sua pena amontoado estéril de nomes e números, para ostentar-se conjunto grandioso, interessante, ligando-se o homem aos acidentes e ao quadro formidável da criação. Fez confluir à geografia todos os estudos humanos, todas as ciências formadas – finanças, medicina, higiene, estudos demográficos, especulações científicas e filosóficas de todo gênero, num quadro convergente, palpitante de vida (NASCIMENTO, 1931: 22).

A etnografia também aparece como uma das disciplinas contribuintes a escrita da história. Efetivamente, a Capistrano de Abreu é atribuída à tarefa de ter constituído um nexos científico a esta disciplina nos estudos indianistas, fazendo com que a etnografia no Brasil

passasse de *um acervo de coisas curiosas e inúteis* a uma etnografia científica que mapearia os modos de ser viver dos *povos primitivos da América* (NASCIMENTO, 1931: 21).

O segundo aspecto que singularizaria a escrita histórica de Capistrano de Abreu seria a presença do método científico e de uma matriz filosófica na análise. O historiador é lembrado como criador de um novo *estilo histórico*. Na verdade, lhe seria atribuído o mérito de introduzir as preocupações estilísticas entre as demandas dos historiadores. Quando da publicação dos *Capítulos de História Colonial* (ABREU, 1998), Capistrano de Abreu sofreu várias críticas pela forma com a qual o texto se apresentou, tendo preferido uma síntese sobre o período colonial e a omissão das notas de referência, quando o espaço letrado privilegiava as narrações longas e divididas em vários volumes sobre uma história geral do Brasil. Para Alba Nascimento, a narrativa de Capistrano *era o golpe de morte a prosa*, e parafraseando o próprio autor, a biógrafa afirma que o bom texto de história deveria ter *poucas palavras e muita verdade* (NASCIMENTO, 1931: 25).

É nesse ponto que ela introduz a excelência de Capistrano no uso do método crítico para a análise de fontes, conformando assim uma *história científica e moderna*. Essa ciência história deveria destacar:

As grandes sínteses da evolução humana, a direção geral dos acontecimentos, pesquisando leis, sem dar a incidentes mais que o valor que têm por partes. A história não é simples narrativa de fatos sociais. Quer-se o sentido dos acontecimentos. Costumes, opiniões, tendências, atividades, indústria, comércio, artes, ciências e religião, – toda a mesologia, toda a psicologia – tudo queremos saber com seguras conclusões. Trabalho de análise e síntese conclusiva (NASCIMENTO, 1931: 30).

Pode-se observar no trecho acima a legitimação da síntese histórica promovida por Capistrano de Abreu nos *Capítulos de História Colonial*, esta chega inclusive a afirmar que *não havia história do Brasil antes de Capistrano*, pelo menos uma história científica e moderna. A narrativa de Capistrano era considerada moderna e filosófica porque seria guiada pelo propósito de compor uma *teoria da evolução histórica do Brasil*, na qual seriam apresentados o nexos causal dos acontecimentos, as qualidades etnológicas e condições biológicas que se entrecruzaram para a constituição de uma psicologia nacional. Considerada metódica pela necessária consulta as fontes históricas para a composição e conclusões sobre essa psicologia nacional. Em síntese, a autora define as principais contribuições do historiador,

Com Capistrano aparecem valores e virtudes novas – o respeito ritual pelo documento, facilidade, agudeza na identificação da origem, capacidade de discernimento, o grupamento filosófico dos acontecimentos, a ampliação de todos os campos já devassados, a pesquisa pessoal de um grande número de depoimentos, o impessoalismo da psicologia, a independência no julgamento, a isenção de ânimo, a mais completa probidade no citar e concluir (NASCIMENTO, 1931: 36).

Por fim, a escrita histórica de Capistrano era identificada como voltada ao nacional. O historiador não deveria mais se voltar para as questões referentes ao desenvolvimento de uma civilização, e principalmente na Europa, mas sim observar as particularidades do brasileiro. *Capistrano tinha o sentido do Brasil* (NASCIMENTO, 1931: 40). Se como foi afirmado anteriormente todos os conhecimentos disciplinares de Capistrano de Abreu se fundiram na *unidade* do historiador, por sua vez, estes conhecimentos se reuniram também em uma segunda *unidade*, o nacional. Como conclui Alba Nascimento, *na multiplicidade de escritos a unidade do pensamento absorto nas coisas de sua terra* (NASCIMENTO, 1931: 17).

Uma história científica, moderna, filosófica e nacionalista. São esses pontos que também podem ser identificados na obra dos autodeclarados discípulos de Capistrano de Abreu, e que estes entendiam como parte dos trabalhos de orientação do “mestre” e “amigo” Capistrano. O entendimento da produção do autor dos *Capítulos de História Colonial* por essa chave pode servir para compreender o que os sócios fundadores entendiam e acreditavam ser o fazer histórico nas primeiras décadas do século XX, no que deveria constituir uma identidade para o historiador. O culto ao ofício do historiar centrado na figura de Capistrano de Abreu pelos seus discípulos era um culto a eles mesmos, a uma forma de estar no mundo, era a reafirmação deles próprios como intelectuais. Como afirma Fernando Catroga, o ato de memorar só preenche de sentido a vida dos vivos, pois partindo da premissa que a morte é em si mesma, *um nada epistemológico e um nada ontológico*, tudo o que podemos saber sobre ela é *a sua semiótica e os discursos tanatológicos serão sempre uma fala de (e sobre) os vivos* (CATROGA, 1999: 10).

José Honório Rodrigues e a edição da obra de Capistrano de Abreu

Certamente a anotação é um trabalho que revela modéstia, humanidade, renúncia, mostrando-se o autor capaz de sacrificar seu tempo, seu esforço e faculdade pelo aperfeiçoamento de obra já realizada por outro. Esta não foi a lição de Varnhagen, que sempre foi soberbo e orgulhoso, mas de quem se assinava “João Ninguém” e o maior historiador que o Brasil já possuiu. (RODRIGUES, 1953)

Com essa afirmação, José Honório Rodrigues definiu as anotações realizadas por Capistrano de Abreu à obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Uma lição de humildade, como se o trabalho do prefaciador e do anotador não conferisse identidade e reconhecimento no campo letrado. Para Rodrigues, este seria um ato quase beneficente. Contudo, as anotações e os prefácios conferem posições nas disputas do mundo das letras, e estes campos extra-textuais são importantes espaços de disputas e diálogos, e representam um lugar social de fala (ARAUJO, 1998; NOIRIEL, 1995). Não é a toa que nas biografias e análises críticas à obra de Capistrano de Abreu o seu papel de anotador e prefaciador é constantemente retomado, delegando um capital simbólico a esses trabalhos, condição da qual a afirmação de Rodrigues foi resultado.

O próprio José Honório Rodrigues foi receptor de uma capital dessa natureza, como o principal organizador da obra de Capistrano de Abreu posterior a 1954, com exceção da edição dos *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, realizada em 1960. Um exemplo é que na maioria dos casos, a coletânea de cartas de Capistrano de Abreu é lembrada por ter sido organizada por José Honório Rodrigues (ABREU, 1960). Como dirigente da Sociedade, acabou substituindo no papel de editora da obra de Capistrano de Abreu após o término de suas atividades em 1969.

As relações de José Honório Rodrigues com a obra de Capistrano de Abreu são anteriores a sua entrada na Sociedade, em 1939. Foi como pesquisador dedicado à história da colonização holandesa no nordeste brasileiro que José Honório iniciou a sua aproximação com a obra de Capistrano.

José Honório Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1913 e formou-se em direito na Faculdade do Largo de São Francisco em 1937, no mesmo ano recebeu o prêmio de erudição da Academia Brasileira de Letras pela pesquisa realizada ao lado de Joaquim Ribeiro sobre a invasão holandesa, cujo volume veio a ser publicado em 1940 com o título de *A Civilização Holandesa no Brasil* (RODRIGUES, 1940). A partir de 1939, passou a trabalhar no Instituto Nacional do Livro ao lado Sérgio Buarque de Holanda, permanecendo nessa instituição até 1944. Essa era posição ocupada por José Honório no campo letrado no momento da sua admissão no quadro social da Sociedade. Contudo, acreditamos que a sua aceitação decorreu não apenas de seu capital simbólico, ainda modesto, já acumulado, mas da resenha crítica sobre Capistrano de Abreu publicada pelo autor na Revista do Brasil em março de 1939.

O ensaio crítico foi motivado pela publicação da 3ª série dos *Ensaio e Estudos de Capistrano*, publicada em 1938 pela Sociedade (RODRIGUES, 1939). O início do ensaio parece nos revelar as perspectivas que norteariam as análises críticas de Rodrigues sobre

Capistrano, e também revela os aspectos que diferenciariam as suas análises das dos sócios fundadores da instituição.

O que Rodrigues propõe discutir no ensaio é a formação de Capistrano de Abreu, especificamente, “a unidade de pensamento” do autor. Porém, essa unidade de pensamento tem para Rodrigues um significado diverso do que a Sociedade entendia como unidade. Para Rodrigues, a unidade de Capistrano seria a forma com a qual o historiador lidou com diversas matrizes teóricas durante a sua atividade profissional, e mesmo assim, suas afirmações não eram contraditórias. Na perspectiva de Rodrigues, Capistrano soube depurar as teorias da história e sociológicas que teve acesso; e o autodidatismo do autor dos *Capítulos de História Colonial* não teria resultado em uma combinação esdrúxula e desconexa de idéias.

Nesse ponto já se apresenta a principal perspectiva das análises de Rodrigues sobre Capistrano. A produção intelectual do historiador não é mais entendida como algo inato, fruto de sua genialidade, o que em grande medida caracterizava o que seria a “unidade de Capistrano” para os sócios fundadores da instituição. Rodrigues passa a inserir o autor em tradições teóricas de escrita da história. Para Rodrigues, a análise da produção intelectual de Capistrano de Abreu não poderia ser completa se esta se restringisse apenas aos textos produzidos pelo historiador, mas sim, colocar a produção deste em diálogo com outros textos, percebendo as heranças e contribuições que estes trabalhos trouxeram a Capistrano. José Honório apresenta a possibilidade de observar Capistrano de Abreu através da sua formação intelectual.

Para os sócios fundadores da Sociedade, a genialidade de Capistrano de Abreu era pré-requisito de qualquer construção póstuma para o autor, principalmente, por que para eles a genialidade do “mestre” representaria a genialidade dos “discípulos” e continuadores de sua obra. Com esta afirmação não estamos definindo que José Honório Rodrigues se despreendeu da categoria de gênio para caracterizar Capistrano de Abreu, mas que essa genialidade passou a ser entendida como um processo de formação intelectual. Para Rodrigues:

Não vacila o pensamento de Capistrano de Abreu quando discute qualquer idéia; ele segue sempre a mesma disciplina intelectual, a mesma doutrina que o seu espírito curioso e indagador aceitou como a mais verdadeira. Essa a razão da profunda admiração que lhe tributamos. Homenagem grata merece o nosso maior historiador, porque nunca se limitou a vasculhar tão somente documentos ou manuscritos; ele arejou todas as disputas históricas com um pouco de sua fina intuição psicológica, da crítica sociológica de sua época, e das correntes etnológicas que disputavam o pensamento do período de sua vida (RODRIGUES, 1939: 57).

Rodrigues, assim como os sócios fundadores, também entende e constrói a imagem de Capistrano como a do “maior historiador brasileiro”. Contudo, Capistrano seria o maior para Rodrigues não pela sua genialidade inata, mas sim pelas leituras que fez, pela sua formação, e principalmente, por aliar a teoria à história – teoria sugerida pela leitura de outros autores.

Pensando na produção historiográfica brasileira neste período, podemos demarcar que a instauração dos cursos universitários promoveu uma mudança na própria abordagem histórica e nos objetos de pesquisa. Cada vez mais, o discurso histórico passou a ser objeto da disciplina história em um exercício de auto-reflexão, e José Honório Rodrigues é lembrado constantemente como um dos autores referenciais nesta seara dos estudos de historiografia. Caberia ao crítico historiográfico depurar os procedimentos de escrita da história (métodos, fontes, objetos e discussão bibliográfica).

O que se pode averiguar é o antagonismo de olhares entre aquele que se representa como um crítico com o deliberado desejo de analisar o autor em questão, e aqueles que ao abordarem a obra do “mestre”, denominação que já prevê uma hierarquia, agiam com parcimônia nas observações realizadas. Afinal, para os “sócios fundadores”, questionar os procedimentos de Capistrano de Abreu enquanto historiador significava por em cheque os seus lugares sociais privilegiados no espaço letrado.

Nesse ponto apresenta-se uma segunda característica das considerações de Rodrigues sobre a produção de Capistrano. Rodrigues não escrevia para reafirmar as posições de Capistrano, mas sim para dialogar com estas e muitas vezes realizar reparos. É o que se pôde observar nos comentários de Rodrigues sobre o artigo *História Pátria*, presente na 3ª série dos *Ensaio e Estudos* (ABREU, 1976: 103-124). O autor chama atenção ao uso que Capistrano de Abreu fez da psicologia, da sua proposta de compreender por um viés psicológico os fatos históricos. Rodrigues cita o caso da *consciência de inferioridade* da população brasileira no período colonial em relação à metrópole, que, para Capistrano, seria ausente na população pernambucana, sendo este o fator causal das freqüentes insurreições e revoltas nesta capitania durante o século XVIII e XIX.

Rodrigues traz inúmeros autores, que, segundo ele, emitem considerações débeis e facilmente destrutíveis sobre esse caráter particular do povo pernambucano. E apesar de não inserir Capistrano dentre estes autores, considera que a atribuição feita por este a ausência da *consciência de inferioridade* dos pernambucanos como fator causal é algo que deve ser questionado. Rodrigues segue o texto desconstruindo as interpretações dos autores, tendo como principal suporte a efervescente antropologia cultural do início do

século XX. Contudo, ao analisar Capistrano de Abreu, Rodrigues também desconstrói a sua perspectiva, todavia, respeita o seu lugar de maior historiador brasileiro.

A relação estabelecida por Rodrigues com Capistrano será a de continuidade, mas no sentido evolutivo, de aperfeiçoamento. O analista passa a então a expor todo o corpus de leitura que o faz capaz de dialogar com então “mestre”, e de muitas vezes chegar a uma conclusão diversa. A seguinte afirmação de Rodrigues nos parece reveladora dessa nova relação tramada:

Para nós, a rebeldia pernambucana, se quisermos lobrigá-la tão longe, estaria na necessidade de bem estar material que experimentá-la o povo na época holandesa. Ainda nesse ponto concordariam conosco os antropólogos sociais se mostrássemos que o contato cultural de ordem material (ergológico, diria Montandon) imprimira este padrão mais alto de vida que sonogado pelas mas administrações portuguesas provocará a luta com essa finalidade. Naturalmente mascarada com a feição ideológica que embeleza as revoluções econômicas. O fato, no entanto, é que Capistrano nos fornece uma interpretação bem interessante e fortalecida por intuição psicológica verdadeiramente penetrante. (...) É essa, sem dúvida, uma outra explicação interessante e merecedora de reflexão (RODRIGUES, 1939: 58)

O texto de Capistrano aparece como necessário, porém não aparece como limitador, e sim instigador de questionamentos. Ele não deve ser tomado como modelo, mas sim como uma matriz iniciadora de novos problemas. Esse aspecto pode ser novamente observado no trecho onde Rodrigues discute a seguinte afirmação de Capistrano: *o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu atribuo em máxima parte ao elemento clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunção* (ABREU, Apud RODRIGUES, 1939: 62). Rodrigues, então, mais uma vez se nutre de leituras contemporâneas para rebater as afirmações de Capistrano. Dessa vez, Gilberto Freyre aparece como seu principal interlocutor, e *Casa Grande & Senzala* como o estudo que desconstruiria a interpretação de Capistrano. Rodrigues fez a seguinte afirmação:

Na formação da família, na economia, enfim seria ocioso lembrar aqui todo o montante de influência que a cultura índia e negra trouxeram à civilização brasileira. Mesmo porque esta tem sido a finalidade de alguns trabalhos que ultimamente vem aparecendo. Em *Casa Grande & Senzala* pode-se ter uma síntese e mesmo uma análise das influências negras e índias. Não pode haver dúvida de que Capistrano errava quando dizia referindo-se aos tupinambás: “Assim representavam o termo de evolução a que os portugueses e africanos tendiam a cada progresso que fazia a aclimação das raças vindicas, era um passo que os aproximava dos caboclos”. Seria um absurdo que os dominadores portugueses, de cultura superior, acomodassem, à cultura inferior indígena. Os portugueses é que iam impondo aos indígenas e aos africanos os métodos de vida, social e de família às culturas inferiores, procurando, é certo se adaptar as condições especiais de

ambiente e clima. Essas eram as únicas concessões que seria possível fazer (RODRIGUES, 1939: 63).

Esse foi o recurso utilizado por Rodrigues em todo o ensaio, afirmava as posições de Capistrano, e a partir de uma bibliografia que lhe era contemporânea realizava novas conclusões, mas sempre reservando o lugar privilegiado de Capistrano na historiografia brasileira. Esse recurso não se limitou apenas a este artigo. No livro *Teoria da História do Brasil (1949)*, Capistrano apareceu como um dos principais interlocutores de José Honório Rodrigues. Corriqueiramente foram evocados os posicionamentos de Capistrano sobre algum aspecto problematizado (RODRIGUES, 1978). Periodização da história do Brasil, pesquisa, uso e análise de fontes, embasamento teórico, crítica e síntese histórica, Capistrano de Abreu sempre foi representado como um ponto paradigmático na história da história do Brasil. Divisão que acarretou a existência de precursores, aí se destaca Francisco Adolfo de Varnhagen, com sua *História Geral do Brasil*, e sucessores, dentre estes, José Honório Rodrigues.

Essa intencionalidade de se estabelecer no campo letrado como um sucessor, aprimorando a produção historiográfica de Capistrano, aparece de uma forma mais evidente durante as comemorações do centenário de nascimento do historiador, em 1953. José Honório Rodrigues, neste momento presidente da Sociedade, publicou a correspondência e realizou as anotações do principal livro de Capistrano de Abreu, os *Capítulos de história Colonial* (RODRIGUES, 1954). Daí por diante os livros de Capistrano de Abreu passaram a ser introduzidos por Rodrigues, e os prefácios e notas introdutórias passaram a ser espaços privilegiados para que o autor, se utilizando de um discurso que aparentemente se mostrava isento e imparcial, o discurso crítico, pudesse também construir o seu lugar social através dos ritos memorialísticos de Capistrano de Abreu.

Uma observação relevante cabe ser feita, as edições realizadas pelos “sócios fundadores” não saíam acompanhadas de prefácios. O objetivo era manter a integridade da obra. Os acréscimos realizados às edições eram expostos ao seu final, onde se apresentavam os membros da atual Comissão Executiva da Sociedade, a relação dos sócios que compunham o quadro social da instituição, os estatutos e uma seção reservada às homenagens póstumas aos sócios falecidos nos anos sociais entre os intervalos das publicações.

O que se pode anuir observando estas publicações era a existência de uma hierarquia simbólica entre dos “sócios fundadores” da Sociedade para com Capistrano de Abreu, que não permitia que estes emitissem diagnósticos “críticos” a respeito da obra. Para eles, o que parecia mais apropriado seria lembrar as qualidades intelectuais e íntimas do

autor. Contudo, diante de uma publicação de luxo, com papel especial, fotografia de Capistrano de Abreu e organizada por uma Sociedade com seu nome, seria redundante a realização de mais elogios.

Já os prefácios e notas de José Honório Rodrigues possuíam um duplo objetivo na intenção de construir a sua própria memória. O primeiro aspecto era a necessidade de legitimar sua posição como representante do “culto” institucional a Capistrano de Abreu, como um guardião da sua memória, aspecto recorrente mesmo nos prefácios posteriores ao fim da Sociedade, em 1969. Quanto a este aspecto, são representativos o prefácio à edição do livro *Capítulos de História Colonial*, em 1954, e a nota liminar à 2ª edição do volume 2 dos *Ensaio e Estudos*, em 1975.

Ao comentar sobre o trabalho de edição dos *Capítulos*, José Honório Rodrigues aponta erros ocorridos nas edições anteriores da obra, afirmando que a edição organizada por ele *é rigorosamente fiel à 1ª edição, a única publicada em vida do autor e revista por ele e seu amigo Manuel Said Ali Ida, falecido este ano* (RODRIGUES, 1954: 5). Assim, José Honório demonstra o apuro com que teria realizado o trabalho, gerando uma oposição em relação às edições realizada pelos “sócios fundadores”. A imagem que o autor tenta transmitir é a de que a edição revista por ele estaria mais próxima ao texto original de Capistrano de Abreu. Na seqüência do texto, José Honório é objetivo ao afirmar que:

A 2ª (edição) em 1928 e a 3ª (edição) em 1934 não foram revisadas pelo autor, falecido em 1927, e como esta ocorreram sob os auspícios da Sociedade Capistrano de Abreu. Infelizmente, acumularam-se enganos e omissões de origem tipográfica e pequenas modificações introduzidas pelos revisores das edições de 1928 e 1934, como se poderá observar nas notas que seguem no texto. De modo geral pode-se dizer que esta 4ª edição obedece a uma única norma: a fidelidade rigorosa ao texto da 1ª... (RODRIGUES, 1954: 5).

De fato, as notas realizadas pelo autor buscaram a precisão na correção das informações com base na primeira edição, reparando cada informação através de comparações dos textos nas três edições, 1907, 1928 e 1934. São exemplos: *na 3ª edição (pág. 10 omitiu-se o trecho “o cabo de Orange, limite com a Guiana Francesa”;* *Na 2ª edição (pág. 20) e na 3ª (pág.12) foi retirada a expressão “depois de finado”, 1ª edição pág.11* (RODRIGUES, 1954: 220). Outras críticas foram direcionadas à gestão anterior da Sociedade, como o autor apontou na nota liminar anteriormente citada, na qual ele deixa explícito o declínio que tomava a instituição quando da sua entrada no quadro social (RODRIGUES, 1978: X).

O outro objetivo era a construção de uma memória para Capistrano de Abreu dentro das novas exigências do discurso da crítica historiográfica, e a sua própria representação

como um historiador pioneiro nesta área, colocando-se como precursor dos estudos de historiografia brasileira. Para ilustrar este aspecto dois textos aparecem como significativos, as anotações ao livro *Capítulos de História Colonial*, e a introdução realizada para a edição da correspondência de Capistrano de Abreu, cujo principal texto foi *Capistrano de Abreu e a historiografia Brasileira*.

Nas anotações, José Honório Rodrigues questiona o fato de Capistrano de Abreu ter negligenciado a anotação de seu principal livro, visto que, o autor é comumente lembrado pelas anotações à *História Geral do Brasil* de Varnhagen. De fato, o questionamento a respeito da falta de notas é plausível, principalmente porque a apresentação de referências bibliográficas e documentais era percebida no século XIX como uma das principais ferramentas do ofício do historiador moderno. A crítica das fontes era o componente mais relevante desta prática, e as notas de roda pé eram o lugar reservado para a exposição do aparato crítico do historiador, procedimento que buscava garantir a legitimidade científica da narrativa. Assim afirma Rodrigues,

Os textos citados sem indicação de procedência, num autor como Capistrano de Abreu, que no mesmo ano da 1ª edição destes Capítulos (1907) publicava uma edição anotada do 1º volume da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, atualizando-a e revelando a origem das informações, mostram que só razões muito fortes o teriam levado a não fazer a indicação de fontes neste livro. Ele não tinha dúvida sobre a necessidade imprescindível de obedecer a esta regra metodológica (RODRIGUES, 1954: 6).

No segmento do texto, Rodrigues emite sua opinião sobre a ausência das notas:

A pressa na encomenda, a rapidez com que teve de elaborar em um ano estes Capítulos e especialmente o limite de 120 páginas imposto pelo editor – e Capistrano escreveu 300 – o impediram de cumprir uma obrigação a que se sentia consciente e moralmente ligado. Só isto explica a falta das citações e só isto justifica as notas agora apostas no fim, para mostrar as fontes utilizadas (RODRIGUES, 1954: 7).

José Honório enfatiza as contingências não favoráveis em que foi editado o livro, se apresentado como aquele que ira reparar a falta de cunho metodológico cometida por Capistrano, ressaltando que esta falta não teria sido cometida pelo historiador por ignorância metodológica, mas por motivos alheios ao mundo dos historiadores. Nos trechos anteriores, fica evidente a necessidade de uma justificativa teórico-metodológica que abonasse o trabalho até então evitado pela Sociedade de anotar os *Capítulos*. Então, José Honório Rodrigues recorre a uma citação de Capistrano de Abreu para evocar o historiador prussiano Leopold von Ranke e apresentar a narrativa historiográfica como

necessariamente tributária da *crítica histórica* desenvolvida por este no século XIX, se filiando e amparando suas anotações nesta tradição de escrita.

As notas foram inseridas no fim do livro e se apresentam de três tipos: notas de correção da edição, anteriormente caracterizadas; notas de referência, ou seja, notas que buscariam recompor a autoria e localização de trechos de documentos, autores e obras citadas no livro; e por fim, as notas de correção de Capistrano de Abreu.

As notas de correção do próprio historiador são a expressão de maior ousadia de José Honório Rodrigues, pois tinham o fim deliberado de realizar reparos no texto de Capistrano e corrigir informações equivocadas. A edição dos *Capítulos* com estas notas são significativas para o entendimento das mudanças ocorridas quanto à representação e recepção de Capistrano de Abreu no campo historiográfico. A quebra da “aura” do texto de Capistrano demonstra que o campo historiográfico na década de 50 se organizava em torno de outras questões, outras referências teóricas e outras formas de organização. Para José Honório Rodrigues, assim como para a crítica dos anos 50, a produção de Capistrano não era mais observada como canônica e portadora de uma sacralidade que inibia até a introdução de prefácios, mas sim, como um texto que poderia ser anotado e criticado. Os *Capítulos de História Colonial* passaram de modelo e referência a objeto da crítica historiográfica.

A edição dos *Capítulos* com as notas de José Honório também é relevante para se perceber as mudanças na própria Sociedade. Pois, apesar de se apresentar como díspar das edições até então realizadas pela instituição, também foi financiada por esta. Fato que demonstra a preponderância de José Honório na Sociedade e a perda de espaço pelos ainda remanescentes “sócios fundadores”.

A abertura à crítica propiciada pelos trabalhos de José Honório se reforça na medida em que ele propõe chaves de leitura para a obra de Capistrano de Abreu. Esse aspecto pode ser observado no mesmo prefácio aos *Capítulos* no tópico “A *significação dos Capítulos*” e na introdução à publicação da correspondência do autor. Capistrano de Abreu passa a receber nestes textos categorias como positivista, metódico, evolucionista e cientificista (RODRIGUES, 1977: XXXVII-LVI).

O que podemos concluir é que através das anotações e prefácios à obra de Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues funda o seu lugar social na historiografia brasileira como um crítico, e transforma muitos de seus textos em verdadeiras notas de rodapé às citações de Capistrano. Constitui-se como uma voz autorizada a criar conceituações e definições sobre Capistrano de Abreu que marcariam os lugares de

Capistrano e do próprio José Honório Rodrigues na memória disciplinar da historiografia brasileira.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 1ª edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

_____. *Capítulos de História Colonial*. 4 ed. 1ª edição 1907: 2ª edição 1928: 3ª edição 1934. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Briguiet & Cia, 1954.

_____. *rã-txa hu-ni-ku-i*: gramática, textos e vocabulário caxinauás. 2 ed. 1ª edição: 1913. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/ Livraria Briguiet, 1941.

_____. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 2 ed. 1ª edição: 1930. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/ Livraria Briguiet, 1960.

_____. História Pátria. In. _____. *Ensaio e Estudos: crítica e história*. 3ª Série. 2 ed. (1ª edição 1938) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.103-124.

ARAÚJO, Ricardo B. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1. 1988, p.28-54.

_____. História e narrativa. In. MATTOS, Ilmar (org.). *Ler e Escrever para Contar*: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 221-258.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In. _____.(orgs). *Passados recompostos*: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.193-202.

CARVALHO, José M. de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2000. p.123-152.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória*: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911). Coimbra: Minerva, 1999.

_____. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

_____. Memória e História. In. PESAVENTO, Sandra J. (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p.43-70.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. As artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. A beleza do morto. In. _____. *A Cultura no plural*. Campinas: Editora Papyrus, 1995, p. 55-86.

_____. Operação historiográfica. In. *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-77.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In. _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p.17.

_____. A história Hoje: dúvidas, desafios propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 97-113. 1994.

_____. O mundo como representação. In. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002, p. 61-79.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.17, p. 07-30, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói: Tese defendida no Programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense, 2006.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. São Paulo/ Campinas: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Manoel. A cultura historiográfica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. PESAVENTO, Sandra J. (org). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 9-24.

_____. Historiografia e Cultura Histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.31-47, jan/jun. 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 55-78, 1988.

MALERBA, Jurandir (org.) *A Velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil*. Dissertação de Mestrado PUC/RJ, 2000.

NASCIMENTO, Alba Cañizares. *Capistrano de Abreu. O Homem e a obra*. Rio de Janeiro: Editora Briguiet & Cia, 1931.

NOIRIEL, Gerard. L'Univers Historique: une collection d'histoire à travars son paratexte (1970-1993). *Gêneses*. n.18, 1995. p. 110-131.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. [...]. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre.

PEREIRA, Daniel M. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. 2002. [...]. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – PUC-RJ, Rio de Janeiro.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. *Enciclopédia Einaudi, volume I – Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

REVEL, Jacques. Le Fardeau de la mémoire. *Correspondance*. Bulletin Scientifique de l'IRMC. Tunísia, n.55, www.irmcmaghreb.org.

RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu. *Revista do Brasil*, a.2, n.9, fase 3, p.56-63, mar, 1939.

____; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização Holandesa no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

____. *Historiografia e Bibliografia do domínio Holandês no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949.

____. Capistrano de Abreu. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 out. 1953, s/p.

____. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5d. 1ª edição: 1949. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

____. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. In. ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu, volume I*. 2.ed. 1ª edição: 1954. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. XXXVII-LVI.

____. Explicação, notas a 4ª edição. In. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 4 ed. 1ª edição 1907: 2ª edição 1928: 3ª edição 1934. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Briguiet & Cia, 1954. p.5-40.

____. Nota Liminar. In. ABREU, João Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

SAEZ, Oscar Cavalia. *A morte e o sumiço de um historiador: antropologia, etnologia e/ou História do Brasil*. In. www.cfh.ufsc.br/óscar/CAPISTRANO.DOC.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In. _____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedade complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 97-105.

Recebido em: 31/10/2007

Aprovado em: 05/06/2008